



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

RAQUEL PAIM DE OLIVEIRA

**PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNIDADE
SURDA NO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Salvador
2018

RAQUEL PAIM DE OLIVEIRA

**PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNIDADE
SURDA NO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção do grau de bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Souza Teixeira

Salvador
2018

Raquel Paim de Oliveira

**PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNIDADE
SURDA NO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de Julho de 2018

Maria das Graças de Souza Teixeira – Orientadora _____
Doutora em História (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Joseania Miranda Freitas _____
Doutora em Educação (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Johnne Neri Lin _____
Graduada em Pedagogia (FEBA)
Faculdade de Educação da Bahia

Dedico este trabalho
aos meus grandes amores:
mãe, pai, marido e vó Alcina
a vocês minha eterna gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus todo soberano, por sua graça imensurável e por permitir realizar o sonho de ter uma formação acadêmica na Universidade Federal da Bahia. Porque, Dele e por Ele, para Ele são todas as coisas. Sem Ele nada posso fazer! Obrigada meu Deus, por teu filho Jesus que morreu naquela cruz não só por mim, mas por todos nós. E pelo consolador Espírito Santo que me confortou e conforta em todos os momentos.

Ao meu esposo Luciano de Oliveira, abaixo de Deus só ele para aguentar minhas lamúrias, dúvidas, incertezas, e a vontade de jogar tudo para cima. Obrigada por ser meu melhor amigo, marido, amante e namorado, por apoiar todas as minhas loucuras e me incentivar a chegar até aqui e seguir em frente. És um presente de Deus em minha vida!

Aos meus pais Joel e Maricélia, obrigada, meus coroaas, por me fazerem este ser humano, dando-me a base e lições para me tornar o que sou hoje. Obrigada pela vida! Saibam que esta vitória não é só minha, é de vocês também! Eu sei o quanto sonharam isso para mim e meus irmãos. Este sonho é nosso!

À minha irmã e amiga Rebeca, por me mostrar que era possível uma mulher negra e pobre ingressar na universidade pública. Obrigada pelo incentivo e apoio de sempre e em tudo. Obrigada por corrigir meus trabalhos, por me dar opiniões e compartilhar experiências.

Ao meu irmão Daniel, muitas vezes distante, porém que marcou minha infância e minha vida por ser um grande amigo, e que “ouve” meus puxões de orelha. Meu desejo é que um dia você possa chegar aqui também.

Minha vó Alcina, obrigada vó pelas orações! Sempre que eu chego na sua casa você diz: “Estou orando por você”. E essas orações me fizeram conquistar muitas coisas, e por isso estou aqui hoje. Estou concluindo este curso graças a senhora, por seu amor, carinho e cuidado.

Á vó Norina, que sempre ora por mim, e creio que quer nos ver sempre bem.

Agradeço a tio Chico e Zena: obrigada! Minha gratidão por vocês só Deus pode recompensar.

Amo todos vocês!!

Ao grupo de surdos do Ministério El Shadai da Igreja Batista dos Mares, obrigada por me acolherem e despertar em mim este trabalho.

À turma de Museologia 2013! Em especial amiga Luíse, querida e companheira em todos os momentos! Amiga Fernanda, Jussara, Celeste, Milena e Walba. Obrigada queridas e querido pelo apoio e carinho nestes anos!

Aos demais colegas: Dilma (Presidenta), Vinicius, Edmara (Maroca), Cristina (D. Maria), obrigada por fazerem parte desta jornada.

E às colegas: Sandra e Fernanda, vocês não sabem como deixaram marcas positivas em minha vida.

Aos queridos professores: Marcelo, Joseania, Anna Paula, Luciana, Suely e Sidélia, obrigada pelos ensinamentos, “puxões de orelha” e convívio.

Ao Colégio Victor Civita, em especial Johnne Neri Lin, obrigada por me ajudar a realizar as entrevistas, quando me apresentou no colégio e aos estudantes, e também quando atuou como intérprete, facilitando o contato com os estudantes surdos. Aos alunos surdos, obrigada pelo convívio e recebimento. E a vice-diretora Lindinalva de Oliveira. Obrigada a todos e todas por me receberem tão bem!

Meu agradecimento a toda equipe do MAFRO/UFBA pelo acolhimento e recebimento, por terem aberto as portas para o desenvolvimento deste trabalho.

Por último, quis deixar por último mesmo porque sei que ela é agoniada (risos). A minha orientadora “Pró Graça”. A senhora não tem noção do quanto eu orei pela senhora para que Deus iluminasse as nossas mentes, para que a senhora estivesse junto comigo neste sonho. Só uma sugestão: bem que a senhora poderia ser mãe (rsrsrs...). Obrigada, professora pelo cuidado, orientação e “puxões de orelhas” necessários. Obrigada por contribuir com a minha formação acadêmica.

A todos vocês, minha gratidão!

“A honra, a glória, a força
Todo louvor a Deus
E o levantar das minhas mãos
É pra dizer que te pertencço, Deus”.

Kleber Lucas – Te agradeço

OLIVEIRA, R. P. de.; PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNIDADE SURDA NO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. 80 fls.il. 2018. Monografia- Graduação em Museologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a acessibilidade de pessoas surdas, e apresentar possíveis suportes a serem implantados no Museu Afro Brasileiro (MAFRO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na tentativa de ampliar o atendimento à Comunidade Surda atendendo às especificidades e necessidades da mesma. Para tanto, foi escolhido como espaço de pesquisa de campo o Colégio Estadual Victor Civita por ter em seu corpo discente um número significativo de pessoas surdas que contribuíram com seus depoimentos para a discussão proposta, bem como para pensarmos a proposta de acessibilidade do MAFRO/UFBA para atender a esta comunidade. Partindo do pressuposto que o museu é uma instituição a serviço da sociedade e que deve possibilitar o acesso aos surdos como parte do público que recebe, fazendo valer as políticas de acessibilidade e a lei de acesso à informação, garantindo assim este direito.

Palavras-chave: Acessibilidade. Museu. Comunidade Surda.

OLIVEIRA, R. P. de.; PROSPECTUS OF ACCESSIBILITY FOR THE DEAF COMMUNITY AT THE AFRO-BRAZILIAN MUSEUM OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA. 80 fls. il. 2018. Monography- Graduation in Museology - Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the accessibility of deaf people and present possible supports to be implemented in the Afro - Brazilian Museum (MAFRO), of the Federal University of Bahia (UFBA), in an attempt to extend the service to the Deaf Community, taking into account the specificities and needs of the same. In order to do so, the Victor Civita State College was chosen as a field research space for having in its student body a significant number of deaf people who contributed their statements to the proposed discussion, as well as to think about the accessibility proposal of MAFRO / UFBA to serve this community. Assuming that the museum is an institution at the service of society and that it should allow access to the deaf as part of the public it receives, making use of accessibility policies and the law of access to information, thus guaranteeing this right.

Keywords: Accessibility. Museum. Community Deaf.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Tabela do IBGE	18
Figura 02	Fachada do Colégio Estadual Victor Civita	40
Figura 03	Fachada do Prédio onde se encontra o MAFRO/UFBA	42
Figura 04	Recepção MAFRO/UFBA	44
Figura 05	Texto de Apresentação do MAFRO/UFBA	45
Figura 06	Plotagem da Exposição Trajetórias de Inclusão e Resistência	45
Figura 07	Exposição Genocídio 1	46
Figura 08	Exposição Genocídio 2	46
Figura 09	Sala África 1	47
Figura 10	Sala África 2	47
Figura 11	Sala África 3	48
Figura 12	Sala África 4	48
Figura 13	Exposição Exú 1.....	49
Figura 14	Exposição Exú 2.....	49
Figura 15	Trajetórias de Inclusão e Resistência	50
Figura 16	Trajetória de Inclusão e Resistência 2	50
Figura 17	Carybé 1	51
Figura 18	Carybé 2	51
Figura 19	Localização da Etiqueta	53

Figura 20	Modelo da Etiqueta	53
Figura 21	QR Code	53
Figura 22	Entrevista com Aluno do CEVC	56
Figura 23	Respondendo a Entrevista no CEVC	56
Figura 24	Momento da Entrevista no CEVC	56
Figura 25	Apresentação em LIBRAS	56
Figura 26	Entrevista com Mediadores	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Instituições Museais	25
Tabela 2	Classificação da Surdez	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CCBB	Centro Cultural do Banco do Brasil
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEVC	Colégio Estadual Victor Civita
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Conselho Internacional de Museus
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MAFRO	Museu Afro-Brasileiro
MAM	Museu de Arte Moderna
MOMA	Museu Metropolitan de Nova Iorque
PEPE	Programa Educativo Públicos Especiais
PcD	Pessoa com Deficiência
PS	Pessoas Surdas
SEC-Ba	Secretária de Educação do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	ACESSIBILIDADE ASPECTOS HISTÓRICOS	18
2.1	TIPOS DE ACESSIBILIDADE	22
2.2	ACESSIBILIDADE EM MUSEUS	23
2.3	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	27
3.	HISTÓRIA DA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS SURDOS	30
3.1	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	33
3.2	COMUNIDADE SURDA	37
3.2.1	Comunidade Surda do Colégio Estadual Victor Civita	40
4.	MUSEU AFRO-BRASILEIRO	42
4.1	APRESENTAÇÃO DAS SALAS EXPOSITIVAS E PROPOSTAS	43
5.	RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	55
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICES	64

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo propor estratégias de acessibilidade para a Comunidade Surda a partir de discussões e desenvolvimento de ações no Museu Afro-Brasileiro (MAFRO/UFBA), localizado na cidade do Salvador-Ba.

De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2001), as instituições museais tem como missão possibilitar a todos os cidadãos acesso livre às suas exposições e atividades culturais, garantindo a aproximação com seu patrimônio sem nenhuma restrição. A definição de museu do ICOM afirma, portanto que, todos os cidadãos, independentemente de sua condição física e social, têm o direito de visitar qualquer museu, e este deve estar preparado para receber e oferecer a eles um ambiente que os façam se sentirem bem.

A escolha deste grupo está relacionada com à minha vivência com um grupo de pessoas surdas em situações que não estão vinculadas ao espaço museu. Por meio desta experiência foi possível perceber as dificuldades que encontram em frequentar determinados espaços por falta de recepção acessível, ou seja, que as acolham e respeitem as suas necessidades e/ou limitações. Também através da oportunidade de ver situações de não acolhimento em espaços museológicos, o que despertou meu interesse em abordar este tema.

Em minha experiência como estagiária em um dos museus do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), foi observado diretamente o desconforto dos mediadores quando, eventualmente, chegavam pessoas surdas. Se estes não viessem acompanhados de interprete, o museu não teria como atendê-los. A partir desta experiência, minha inquietação foi direcionada ao MAFRO/UFBA, museu universitário no qual participei de várias atividades durante o curso de graduação.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado um levantamento inicial de referências sobre acessibilidade de pessoas surdas em museus, dando direcionamento para que esta proposta fosse concebida.

Um dos procedimentos metodológicos utilizado foi a realização de entrevistas aplicadas aos alunos surdos do Colégio Estadual Victor Civita (CEVC), um colégio público localizado em Salvador-Ba, no qual é desenvolvida a educação integral. A escolha desta instituição ocorreu após a visita de alguns destes alunos no MAFRO/UFBA.

Foi realizado o esclarecimento e objetivos da pesquisa a partir de diálogos entre a direção, professores envolvidos, e os alunos surdos do CEVC, pais e – ou – responsáveis, além da coordenação, mediadores e funcionários do MAFRO/UFBA, depois de autorizações, através da carta de anuência, do museu e o termo de consentimento devidamente assinados pelos participantes.

Os alunos surdos do CEVC foram entrevistados no interior da escola, em dias e horários previamente agendados, de acordo com a disponibilidade da escola e da professora intérprete em LIBRAS, Johnne Neri Lin. No primeiro encontro, foram entrevistados 6 alunos individualmente, porém, no segundo momento, notou-se a necessidade de uma entrevista em conjunto contendo 7 pessoas. Cada uma expressou sua opinião em uma roda de diálogos com perguntas e respostas.

As entrevistas do MAFRO/UFBA foram realizadas no interior do museu em dias e horários alternados, seguindo também a disponibilidade dos profissionais envolvidos. Primeiramente com os mediadores, responsáveis que lidam diretamente com o público visitante; logo em seguida, com os recepcionistas, e, somente no último momento, o diálogo ocorreu com a equipe técnica. Esta atividade foi realizada individualmente, onde cada pessoa recebeu um questionário de perguntas, com o objetivo de identificarmos como eles lidam com a presença do Surdo na instituição e como podem contribuir para uma recepção adequada.

A proposta visa reconhecer o potencial do museu a partir da análise de suas salas expositivas, apontando soluções a partir das respostas nas entrevistas dos surdos, como a vivência com este público no espaço estudado.

Durante o levantamento referencial foi possível constatar que instituições como a Pinacoteca de São Paulo tem o Programa Educativo Públicos Especiais (PEPE), assim também como o Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo que produz ações junto à comunidade surda. Dá-nos a impressão que esses tipos de ações se encontram distante de nós, porém, os exemplos nos mostram que são possíveis.

Para apresentar esta proposta com o universo da “cultura surda”, pouco conhecido, participei de palestras e congressos, entre outras atividades relacionadas, o que contribuiu na compreensão e conhecimento maior sobre o tema.

Este trabalho é dividido em 4 capítulos, a saber:

No capítulo 1º, *Acessibilidade - Aspectos Históricos*, neste capítulo é apresentado a construção do termo “acessibilidade” e a trajetória desta expressão em várias partes do mundo. Como também a descrição dos tipos de acessibilidade, além

de tratar desta temática relacionada aos museus e a relação entre acessibilidade e inclusão. Apresentando abordagens e conceitos de autores sobre os eixos citados, como suporte para o aporte teórico do trabalho.

O 2º capítulo, denominado de *História da Formação Escolar dos Surdos*, aborda os problemas enfrentados pelos surdos ao longo de sua trajetória educacional, principalmente no que diz respeito ao preconceito com a Língua de Sinais, que sofreu perseguição tanto no seio familiar, como no ambiente escolar, ressaltando a importância da Comunidade Surda e da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS).

No 3º, nomeado *Museu Afro-Brasileiro* trata-se da apresentação dos dados históricos e importância do MAFRO/UFBA como museu universitário, assim como a apresentação das salas expositivas, e sugestões da proposta para à Comunidade Surda.

E no último capítulo *Resultados e Análise de Dados*, trata-se da síntese das respostas das entrevistas realizadas com os alunos surdos, mediadores, recepcionistas e equipe técnica do MAFRO/UFBA.

Desta forma, cientes da importância social do MAFRO/UFBA, pretendeu-se estabelecer reflexões sobre este espaço para garantir a acessibilidade aos surdos.

2. ACESSIBILIDADE – ASPECTOS HISTÓRICOS

O que é acessibilidade? Antes de responder esta pergunta devemos destacar as seguintes informações: de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010), no Brasil existem cerca de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, cerca de 23,9% da população brasileira. Na Bahia, esta porcentagem vai para 25,39%. Em se tratando da porcentagem total, podemos até achar pouco. Mas, quando nos deparamos com a informação apresentada em nosso estado, percebemos que a amostra não é insignificante. No dia a dia vemos constantemente que elas estão presentes em vários ambientes, como: transportes públicos, shoppings, bancos, farmácias, etc.; os portadores com deficiência (PcD)¹ fazem parte desta realidade. A tabela abaixo (Figura 1) o IBGE (2010) apresenta o número destas pessoas por região.

Figura 01: Tabela do IBGE

População residente, por tipo de deficiência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente												
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência										Mental / intelectual	Nenhuma dessas deficiências (3)
		Visual			Auditiva			Motora					
		Pelo menos uma das deficiências investigadas (1) (4)	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade		
BRASIL	190.755.799	45.623.910 (23,92%)	528.624	6.056.684	29.206.180	347.481	1.799.885	7.574.797	740.456	3.701.790	8.831.723	2.617.025	145.084.578
NORTE	15.864.454	3.655.568 (23,04%)	33.025	541.798	2.409.113	23.290	123.060	591.034	44.105	245.566	674.329	183.859	12.204.854
RO	1.562.409	345.411 (22,11%)	2.337	46.247	232.037	1.782	11.698	52.907	3.941	21.705	58.450	19.053	1.214.668
AC	733.559	165.823 (22,61%)	1.481	25.138	106.731	1.162	6.140	26.710	2.132	11.742	31.428	12.149	567.597
AM	3.483.985	791.162 (22,71%)	8.241	113.281	530.296	5.492	24.012	124.737	9.162	50.573	149.796	38.509	2.692.764
RR	450.479	95.774 (21,26%)	1.156	13.683	62.738	587	3.390	15.167	1.165	5.860	15.596	4.877	354.705
PA	7.581.051	1.791.299 (23,63%)	15.771	271.582	1.169.223	11.501	59.802	298.060	21.607	125.891	344.269	84.580	5.788.273
AP	669.526	158.749 (23,71%)	1.334	24.749	106.482	786	4.757	22.689	1.930	9.802	26.027	6.402	510.763
TO	1.383.445	307.350 (22,22%)	2.705	47.118	201.606	1.980	13.261	50.764	4.168	19.993	48.763	18.289	1.076.084
NORDESTE	53.081.950	14.133.713 (26,63%)	129.465	2.062.990	9.056.632	89.490	569.256	2.416.254	210.374	1.160.403	2.755.979	827.079	38.939.411
MA	6.574.789	1.641.404 (24,97%)	14.132	267.487	1.054.247	10.157	64.222	275.558	21.287	125.261	314.205	96.452	4.933.180
PI	3.118.360	860.430 (27,59%)	7.866	139.032	556.477	4.710	37.399	143.811	12.305	69.338	160.307	50.909	2.257.930
CE	8.452.381	2.340.150 (27,69%)	24.659	349.597	1.497.528	16.291	99.451	411.096	36.833	187.527	458.932	125.407	6.112.001
RN	3.166.027	882.681 (27,86%)	6.943	128.676	561.746	4.836	36.856	150.700	13.592	72.927	164.571	51.899	2.284.865
PB	3.766.528	1.045.631 (27,76%)	8.649	142.371	671.791	6.518	41.845	181.646	16.929	90.365	213.624	61.996	2.720.445
PE	8.796.448	2.426.106 (27,58%)	20.746	348.111	1.563.657	14.319	97.585	411.809	36.606	210.582	484.795	139.016	6.369.909
AL	3.120.494	859.515 (27,54%)	7.194	135.952	536.248	5.104	35.742	146.056	11.986	64.174	173.545	59.954	2.260.972
SE	2.068.017	518.901 (25,09%)	4.176	75.256	311.453	3.778	20.108	88.376	7.659	41.696	91.559	29.397	1.548.680
BA	14.016.906	3.558.895 (25,39%)	35.150	476.508	2.283.483	24.277	136.048	607.202	53.137	278.533	694.441	212.049	10.451.422
SUDESTE	80.398.410	18.306.378 (22,77%)	40.132	640.409	1.889.479	10.607	705.372	4.791.983	330.831	1.362.330	3.833.262	1.096.347	67.888.222
MG	19.597.330	4.432.456 (22,62%)	47.073	591.179	2.701.621	32.871	199.386	769.484	79.603	404.928	895.009	301.447	15.162.378
RJ	3.514.952	824.095 (23,45%)	7.662	113.337	513.841	5.119	31.243	132.980	13.676	72.974	164.462	47.391	2.690.750
ES	15.989.929	3.900.870 (24,40%)	55.545	484.125	2.531.776	31.258	133.339	607.715	66.319	327.967	828.420	203.578	12.084.013
SP	41.262.199	9.349.553 (22,66%)	151.842	1.057.824	6.139.861	91.423	345.604	1.457.504	170.853	697.487	1.695.651	504.131	31.891.081
SUL	27.386.891	6.164.158 (22,51%)	72.541	793.545	3.700.196	48.650	282.028	1.107.924	107.924	569.899	1.268.246	379.112	21.220.197
PR	10.444.526	2.283.022 (21,86%)	27.642	295.768	1.408.014	19.130	100.027	396.540	40.382	203.330	463.211	143.888	8.161.038
SC	6.248.436	1.331.445 (21,31%)	14.727	174.550	803.903	10.402	62.200	233.207	22.482	126.003	272.060	72.216	4.915.291
RS	10.693.929	2.549.691 (23,84%)	30.172	323.227	1.548.279	19.118	119.801	478.177	45.060	240.566	532.975	163.008	8.143.866
CENTRO-OESTE	14.058.094	3.162.497 (22,50%)	31.471	411.886	2.093.140	25.380	115.969	491.902	47.602	222.566	549.627	170.428	10.891.894
MS	2.449.024	526.672 (21,51%)	5.141	68.381	336.733	3.668	20.886	83.024	8.990	42.828	98.437	32.664	1.922.106
MT	3.035.122	669.010 (22,04%)	5.276	91.404	453.051	4.381	22.705	100.334	8.395	42.946	110.669	33.512	2.364.845
GO	6.003.788	1.393.540 (23,21%)	14.430	183.869	914.500	11.513	55.058	226.193	21.946	102.520	252.239	75.901	4.609.864
DF	2.570.160	574.275 (22,34%)	6.624	68.232	388.856	5.818	16.720	82.351	8.271	34.272	88.282	28.351	1.995.079

Fonte: Site da Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/indicadores/censo-2010>. Acesso em: 06 de maio de 2018.

¹ De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

De acordo com os dados acima apresentados, verifica-se que a Bahia se encontra na segunda colocação como um dos estados que mais tem PcD's. Podemos observar que o público alvo desta pesquisa é formado por cerca de 3.558.895 em nosso estado. Diante disso, chama-nos a atenção para o desafio de traçar estratégias de acolhimento desta coletividade no MAFRO/UFBA.

Segundo Regina Cohen, Cristina Duarte e Alice Brasileiro (2012, p. 28), “O termo ‘deficiente’ e o que ele traduz, remetem, em geral, à ideia de falta e de carência: as pessoas que têm uma falha sensorial, motora ou intelectual seriam pessoas deficientes”. A deficiência não significa que estas pessoas devem viver de forma restrita devido à sua condição, como ocorria há alguns anos, mas, sim aberta às novas possibilidades de experimentar vários ambientes, e isto incluiu as instituições culturais como os museus. Desta forma, elas podem vivenciar uma mudança em sua vida social e/ou cultural.

Algumas transformações ocorreram no modo de lidar com os portadores de deficiência, de acordo com o livro *Série Museologia: Roteiros Práticos* (2005):

As mudanças começaram em 1981, Ano Internacional dos Portadores de Deficiência, quando se chamou atenção para esse tema e possibilitou a muitos portadores tomar conhecimento das estatísticas relacionadas com seu grupo. A doutrina de oportunidades iguais para todos enfatizava a obrigação de não se discriminar, argumentando que tal discriminação não era justa. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, p. 17)

Os portadores com deficiência tiveram conhecimento de que possuíam direitos iguais como qualquer outra pessoa, e isso os fez buscar seus privilégios para que fossem aceitos na sociedade. De forma que as pessoas ditas “normais” refletiram que os PcD não deviam andar à margem da sociedade e que, na prática, fossem integradas, tendo seus direitos garantidos. Este acontecimento pode ser verificado a partir da década dos anos de 1990 nos Estados Unidos:

Nos anos que antecederam 1995, desenvolveu-se a noção de direitos dos portadores de deficiência. Segundo essa nova visão, ganhou força com o que na época acontecia no EUA e em outros lugares, passava-se a defini-los como pessoas com algo a contribuir, com direito a dar algo à sociedade e receber algo dela. Essa ideia forneceu as bases para um importante movimento e influenciou intensamente as mudanças que desde então ocorreram, levando à implementação da Lei sobre Discriminação contra Portadores de Deficiência [Disability Discrimination ACT (DDA)] de 1995 e, posteriormente, à criação da Comissão de Direitos dos Portadores de Deficiência, encarregada de dar cumprimento a essa lei. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, p. 17-18)

Neste contexto, a mobilização pela luta dos direitos das pessoas com deficiência atingiu vários países, levando garantias por meio de legislações. Nasce então um novo olhar que possibilitou vê-los como agentes produtores de cultura e história, assim como os demais agentes sociais de qualquer sociedade. Expressando a existência de um grupo que deve ser aceito e que tem condições de contribuir com a sociedade na qual esteja inserido, independentemente de suas habilidades.

A partir destas discussões, de como acolher ou inserir estas pessoas nos mais diferentes lugares, as ações foram iniciadas e vieram a contribuir para a inclusão com vistas a diminuir a discriminação. Estas ações foram fatores importantes para a criação de uma legislação específica aqui no Brasil, como a Lei nº 13.146², cujo artigo 3º declara:

[...] acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] (BRASIL, 2015).

Com base nesta lei que determina parâmetros a serem estabelecidos nos espaços públicos de natureza diversa e que também possibilita o acesso físico a partir de tecnologias específicas ao público portador com deficiência, nos faz perceber que este tipo de legislação é necessária para que estes espaços, incluindo as instituições museológicas, sejam preparados para a recepção de públicos diversos.

² Legislação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 05 de dez. de 2016.

Estas transformações são recentes no Brasil, mas não podemos ficar para trás. Devemos montar estratégias de recepção amparadas por políticas de acessibilidade, e principalmente pela legislação nas instituições museais.

Embora tenhamos uma lei que foi sancionada para regular e cobrar destes espaços públicos e privados condições estruturais para possibilitar a acessibilidades a este público, no nosso caso, as pessoas surdas, verificamos que muitos destes lugares ainda hoje não atendem às prescrições da referida Lei, a exemplo de muitas instituições culturais, como os museus. Neste contexto formulamos duas questões: como os surdos são atendidos nos espaços referidos? E em outros como o supermercado, será que é fácil para ele acessar as informações das legendas, dos anúncios? Estes questionamentos são para refletirmos que estes informes devem estar acessíveis aos cidadãos como um todo.

O que também se encontra atrelado à questão de acessibilidade é a Lei nº 12.527 de acesso à informação, de 18 de novembro de 2011 recomenda em seu artigo 1º:

[...] Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2011)

A Lei de Acessibilidade, assim como a Lei de Acesso à Informação, garante ao cidadão o direito de acessar os informes que se encontram nos estabelecimentos. Para as instituições não é apenas permitir o acesso, pois um surdo pode apreciar a exposição e sair. Ninguém os impedem disso. Porém, o que falta nesta visita é o diálogo por meio da mediação, porque a comunicação também é uma forma de permitir o acesso.

Para exemplificar melhor o argumento anterior, tomamos como exemplo o emissor e receptor. Quando a mensagem/informação não é passada de forma clara, haverá falhas na comunicação. Sendo assim, o que o museu quer dizer em uma

exposição? O que ele tem a falar? Desta forma, as diretrizes de acessibilidade à informação nos permitem total responsabilidade a este caminho.

Constatamos que se achou necessário o PcD ser integrado, ele não podia mais ficar a parte da sociedade, principalmente devido às mudanças nos aspectos sociais já citadas. Apesar destas conquistas, reconhecemos que ainda há restrição em muitos ambientes, principalmente nas instituições culturais.

2.1. TIPOS DE ACESSIBILIDADE

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que é a lei de inclusão à pessoa com deficiência, podemos perceber que a acessibilidade não se encontra apenas às mudanças nos aspectos físicos, mas também nas formas sensoriais. Vale ressaltar que a comunicação é uma ferramenta facilitadora para o acesso dos portadores com deficiências, ou promovendo a sua inclusão a esses espaços, o que para a Amanda Tojal, museóloga estudiosa desta temática, trata de acessibilidade comunicacional e atitudinal através de “[...] novas atitudes e políticas de atendimento e comunicação de novos públicos [...]” (2015, p. 193). A mesma pondera que o diálogo necessita estar presente nestes espaços em todos os sentidos, incluindo a interação com o ambiente. Ao tratar da função atitudinal, a autora considera que as instituições devem mudar suas atitudes, entretanto, as mudanças só ocorrem quando agimos. Como queremos atingir novos públicos se não mudamos nossas estratégias de recepção?

Os tipos de acessibilidade irão variar de acordo com o tipo de deficiência existente, como: sensorial, motora e intelectual. Logo, as alternativas para receber estes públicos devem ser estudadas segundo a sua limitação.

Para melhor compreensão, recorreremos a obra *Mídia e Deficiência*, do ano de 2003, para explicitar 6 tipos de acessibilidades, quais sejam:

- [...] Acessibilidade arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.
- Acessibilidade comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

- Acessibilidade metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc) e de educação dos filhos (familiar).
- Acessibilidade instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva).
- Acessibilidade programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc).
- Acessibilidade atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (MÍDIA E DEFICIÊNCIA, 2003, p. 24-25)

Baseada nos vários tipos de acessibilidade, todas as instituições precisam e devem saber lidar com elas para atender com presteza e qualidade as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Devemos nos preparar para evitar que um mau atendimento venha acontecer. É importante sabermos os mais variados tipos de acessibilidade porque, quando conhecemos quais são as necessidades deste público, montamos meios de encontrar soluções, reafirmando assim a necessidade de ter políticas públicas para que as instituições estejam preparadas.

2.2. ACESSIBILIDADE EM MUSEUS

Antes de entrarmos na discussão sobre a acessibilidade em Museus, consideramos importante falar um pouco sobre esta instituição, sobre a sua atuação perante a sociedade. Segundo a lei de nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, Estatuto de Museus, em seu artigo 1º define:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

As definições tanto do ICOM, como do Estatuto de Museus, afirmam que o museu tem que estar a serviço da sociedade, ou melhor, do desenvolvimento social, garantindo assim sua função e o direito de todos os cidadãos. Desta forma, a

instituição deve possibilitar o acesso a todas as pessoas indistintamente, ou seja, incluindo as que apresentem deficiência, para contribuir de fato com o desenvolvimento no âmbito social, cultural e intelectual.

Logo, lançamos o questionamento: qual sociedade serve o museu? Devido a sua incumbência, existe um grande desafio e provocação que não se limita em seus próprios muros. Uma vez que tem uma a função educativa existente ou não neste espaço, este acesso não pode ser restrito à um determinado grupo de pessoas.

Não estamos querendo aqui “apontar o dedo”, dizendo que os museus não recebem os portadores com deficiência, especificamente, os surdos, mas sim sinalizar os problemas existentes para que sejam solucionados.

De acordo com Cohen e col.:

A acessibilidade, por sua vez, significa a garantia de percursos sem dificuldades a todos os espaços de um museu, a todas as suas exposições e a todas as pessoas, em todos os momentos. Significa que os usuários possam verdadeiramente percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar os objetos e atividades expostas. (COHEN E COL.2012, p. 88)

A experiência em visitar um museu permite às pessoas surdas vivenciar novas experimentações, e não podem ser realizadas com obstáculos. Segundo Cohen e col. (2012, p. 87): “Percorrer os espaços museológicos significa ao mesmo tempo conquistar seus lugares, apropriar-se deles e com eles se identificar”. Quando conhecemos as instituições museológicas, e algumas vezes compreendemos o que suas exposições têm a nos dizer, entendemos mais sobre a nossa história, sobre a história do outro, e quem somos.

Amanda Tojal (2007) assegura isto quando argumenta:

A cultura tem como princípio possibilitar tanto o reconhecimento da identidade de um povo ou nação como também possibilitar o reconhecimento da sua diferença – de quem somos frente à diversidade do outro – isto posto, não pode atualmente ser entendida senão como território da diversidade (2007, p. 79).

Compreendemos, de acordo com a afirmação de Tojal, a importância de os museus serem lugares acessíveis e que podem fazer parte da vida dos surdos.

No levantamento realizado por meio de uma busca em bibliografias e sites de museus, identificamos algumas instituições museais nacionais e internacionais que desenvolvem atividades direcionadas para o atendimento de pessoas com deficiência e, em específico as pessoas surdas, público selecionado para o presente estudo. Vejamos:

Tabela 1 - Instituições Museais

Nome da Instituição	Formas de Recepção
Pinacoteca de São Paulo	Programa Educativo Públicos Especiais (PEPE)
Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo	Projeto Aprender para Ensinar – Programa Igual Diferente
Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) – Rio de Janeiro	Visita mediada em LIBRAS
Museu de Arte Moderna (MOMA) - Nova Iorque (NY) – Estados Unidos da América (EUA)	Visita mediada na Língua de Sinais
Museu Metropolitan – NY – EUA	Visita mediada na Língua de Sinais
Museu de Ciência Natural de Houston – EUA	Visita mediada na Língua de Sinais
British Museum - Londres – Inglaterra	Visita mediada na Língua de Sinais

Fonte: O autor (2018)

Embora existam instituições, como vimos, que já desenvolvem este tipo de recepção, no cenário brasileiro isto ainda não faz parte da nossa realidade como um todo. É fundamental realizar muitas intervenções. Todavia, nossas instituições estão caminhando para a mudança a partir da percepção de que este público se faz presente nos museus e tornando a necessidade de uma recepção adequada, porque existe uma legislação que deve ser cumprida, a qual exige de seus responsáveis uma transformação de pensamentos e ações para o bem-estar cultural destas pessoas.

Com base na diversidade social e na função que cabe às instituições museológicas de difundir conteúdos culturais, faz-se preciso que estes espaços desenvolvam políticas de acessibilidade. Neste sentido, o Plano Nacional Setorial de Museus (2010) indica diretrizes concebidas para os anos de 2010 a 2020:

Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental; e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e à comunidade onde está inserido. (2010, p. 22)

Para o Plano Nacional Setorial de Museus tanto as adaptações técnicas, quanto à capacitação de pessoal para atender os mais variados tipos de públicos, é responsabilidade dos museus, cobrando para estas organizações total compromisso.

O que possibilita que estas pessoas e demais públicos tenham acesso às informações, contribuindo, assim, para uma maior satisfação no momento da visita aos espaços expositivos, evitando desconforto diante da impossibilidade de acessar as informações.

A respeito do compromisso dos museus, podemos recorrer ao pensamento de Tojal (2007) quando se refere às políticas públicas voltadas para a discussão em questão:

[...] cumpre às políticas públicas, ao reconhecerem as múltiplas potencialidades da cultura, dar condições e infra-estrutura para atender toda a cadeia de produção, circulação, difusão e consumo de bens culturais, permitindo a todo cidadão a ampliação e fruição de bens simbólicos, como também o acesso a sua produção [...] (2007, p. 80).

Neste sentido, as instituições museológicas, pautadas em políticas públicas que visem a acessibilidade de todos os públicos, devem recorrer a estas políticas, buscando atentar para que as suas narrativas possam comunicar o seu patrimônio, porque a comunicação nestes espaços é a via de acesso que deve ser facilitada para o visitante. Seguindo este caminho, as referidas instituições estarão oportunizando uma leitura mais facilitada do que for apresentado nos seus espaços expositivos, que deve ter sua narrativa norteada pela política de comunicação da própria instituição como assegura Marília Xavier Cury:

A exposição e a ação educativa são manifestações da política de comunicação de um museu e para o público é o que define a instituição, pois é através delas que o museu se faz visível e se torna relevante para a sociedade. (2005, p. 87)

A autora destaca que a exposição, assim como também a ação educativa, permite que os museus estabeleçam diálogos com o visitante, permitindo que a comunicação transite livremente entre ambos. Isto concede às instituições museológicas uma aproximação maior com público que a visita, independente se ele possui uma deficiência ou não.

Os museus têm vários meios de inserir estas pessoas em suas atividades, e um destes é a ação educativa. Para isto, Tojal argumenta que:

[...] cabe à área de ação educativa, como parte da área de comunicação museológica, a incumbência de fornecer a todas as outras áreas dessa instituição, os princípios fundamentais para a concepção de políticas públicas de inclusão, pois é ela que, sem dúvida alguma, possui as melhores condições de compreensão tanto do público geral como do público especial e também aquela que

possui o acesso mais direto às instituições a que eles pertencem. (2007, p. 84)

Sendo base para a nossa pesquisa, a comunicação nos espaços estudados acaba por ser a ação imprescindível para que o público surdo possa acessar as informações de maneira facilitada com formas visuais que fazem parte do repertório dos mesmos.

Os museus precisam estar atentos à acessibilidade de todos os cidadãos, independente da deficiência que eles apresentem e, para isso, as instituições precisam desenvolver meios para recebe-los, tendo por base as determinações da legislação em vigor, como também do Plano Nacional Setorial de Museus, que dá o direcionamento de como isso pode ser feito.

2.3. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Seguindo ainda o raciocínio de Tojal (2015), que embora indique o setor educativo como o lugar onde deve ser desenvolvido os processos de acessibilidade, a autora não descarta as outras áreas técnicas do museu para que juntas possam desenvolver ou implementar políticas internas de acessibilidade. Nesta perspectiva, acreditamos que estas instituições não devem se prender às estratégias de acessibilidade restrita às questões físicas do ambiente, mas, sobretudo, ter como finalidade a inclusão destes públicos ao estabelecer diretrizes que facilitem a participação dos mesmos nos espaços museológicos. Neste sentido, para a autora, os processos devem ser pensados de forma conjunta e não isolada de cada área, segundo suas próprias palavras declara:

[...] a conclusão que se impõe é de que pouca ou nada adiantarão iniciativas isoladas de inclusão e propostas de acessibilidade nos espaços expositivos se não houver de verdade uma política de inclusão que assuma esse conceito de forma permanente e que venha a plasmar todas as áreas da instituição, abrangendo não somente a área educativa, mas também as áreas de pesquisa, documentação, conservação e comunicação, além de todos os profissionais envolvidos com a recepção, segurança e o atendimento aos públicos do museu. (2015, p. 195)

Podemos compreender assim que, nenhuma medida adiantará se os museus não estiverem dispostos a mudarem suas estratégias, assim como também a capacitação de todos os profissionais envolvidos. A formação destes profissionais

deve ser voltada para atender a especificidade de cada público. Possibilitando, assim, a inclusão irrestrita do mesmo.

Para tratarmos das questões acerca da acessibilidade, sentimos a necessidade de tomarmos como referência do significado de inclusão a partir do dicionário, (INCLUSÃO, 2018) que exprime: “[...] integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade”. Sendo assim, as instituições culturais precisam fazer com que as pessoas se tornem parte deste espaço. Romeu Sassaki destaca:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que por causa das condições atípicas - não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (1997 p.16)

Nem sempre foi fácil para estas pessoas se tornarem de fato parte da sociedade e o termo “inclusão social” já nos diz isso.

Em se tratando de espaços culturais, teremos como foco desta discussão a inclusão cultural, a qual será vista neste trabalho a partir da concepção de Gabriela Suzana Wilder ao dizer “[...] inclusão cultural é considerada como acesso a uma visão pluralista da cultura e das artes. Ou seja, acessibilidade cultural objetivando a formação de capital cultural valioso na construção das identidades [...]” (WILDER, 2009, p. 76). Seguindo este raciocínio, percebemos que a acessibilidade possibilita o contato destas pessoas que se sentem alijadas dos processos educativos e culturais desenvolvidos por estas instituições, com seus registros de memórias. Isto contribuirá para o fortalecimento de sua identidade, efetivando a inclusão cultural.

A inclusão de pessoas deficientes em ambientes culturais como o museu é de extrema importância, uma vez que a cultura faz parte e é produto do ser humano, desta forma deve ser facilitado o acesso através da inclusão aos espaços culturais, sem restrição a nenhum suporte informacional, seja através das mídias ou mesmo no material apresentado nos espaços físicos. Com base nisto, a autora Viviane Panelli Sarraf³ afirma:

Praticar a inclusão nas instituições culturais pressupõe o desenvolvimento de novas estratégias de mediação, nas quais todos os sentidos inerentes à percepção de seus visitantes sejam

³ Viviane Panelli Sarraf desenvolve várias atividades voltadas para a acessibilidade em museus, a partir de diferentes abordagens. A referência de sua obra encontra-se no final deste trabalho.

envolvidos. A linguagem dos museus é regida pela cultura ocidental, em que predomina a exploração visual, o que leva os visitantes a uma relação superficial com o conteúdo das exposições. (SARRAF, 2008, p. 26)

Desenvolver novos métodos de abordagens nestes espaços também é uma forma de inclusão que amplia o ato da visita, não restringindo a apenas o acesso físico, mas, possibilitando ao visitante, com necessidades especiais, o contato mais próximo com o que é apresentado não só, mas, como novas tecnologias, ou do contato da mediação cultural, o qual prioriza a relação humana estabelecida por meio do diálogo com os profissionais dos museus e seus visitantes, sejam eles surdos, cegos, ou tidos como "normais".

A inclusão deve ser completa em todos os âmbitos. É nossa responsabilidade, como agentes da cultura, desenvolver mecanismos que atraiam para as instituições pessoas portadoras com deficiência, uma vez que estas só frequentam lugares onde são bem recebidas, ou melhor, locais que sejam capazes de atender as suas necessidades.

3. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS SURDOS

A Língua de Sinais é uma das formas essenciais da comunicação destas pessoas, e este processo de aprendizagem perpassa pela educação. Antes de ser estabelecida a Língua de Sinais, elas não podiam ter acesso a uma aprendizagem formal, uma vez que as instituições de ensino não tinham aparato para esta formação.

Ao longo de sua trajetória histórica, estes indivíduos passavam por dificuldades de comunicação, principalmente fora de seio familiar. Sofriam muito mais preconceito, discriminação em todos os ambientes onde tinham contato, muitas vezes até na própria família. O que os deixavam a margem da sociedade, e assim terminavam se recolhendo para evitar as várias formas de discriminação que os levavam ao sofrimento.

Segundo Eliasa Schlünzen, Laís Di Benedetto e Danielle Santos:

No século XII (Idade Antiga), as PS's⁴ não eram consideradas seres pensantes, uma vez que na compreensão da época a capacidade de raciocínio era diretamente ligada à fala. Logo, elas eram consideradas incapazes de pensar, sendo comparadas a seres parecidos com os seres irracionais. (2012, p. 49)

Por isso, eram tratados, muitas vezes, como animais. Como não ouviam, não conseguiam se comunicar com outras pessoas, viviam isoladas sem o amparo da própria família, e também sem a possibilidade de um tratamento, pois a medicina ainda não havia desenvolvido estudos suficientes para tratar ou amenizar o sofrimento das mesmas. As autoras citadas acima destacam:

A situação das PS's começou a melhorar a partir do Século XV (aproximadamente no fim da idade média), pois foi nessa época que começaram a surgir pesquisas (...) a respeito da surdez. As famílias nobres que tinham herdeiros surdos tinham interesse em compreendê-los e integrá-los na sociedade com a finalidade de não perder as riquezas familiares. Além disso, havia o interesse da Igreja em praticar a 'caridade', promovendo a comunicação das PS's com Deus e o ensino dos sacramentos para que não perdessem a sua alma. (SCHLÜNZEN; DI BENEDETTO; SANTOS, 2012, p. 50)

Somente devido aos interesses das famílias ricas e da Igreja é que, durante a Idade Média, o olhar para as Pessoas Surdas mudou quando deu início a estudos que

⁴ As autoras Schlünzen, Di Benedetto e Santos, utilizam a sigla "PS's" para se referir a Pessoas Surdas.

pudessem descobrir estratégias para inseri-las no convívio familiar e na própria sociedade.

Sendo assim, foram realizados vários eventos nos quais se discutiam a forma adequada de educar os surdos. Destacando a pessoa de Thomas Braidwood⁵, que se preocupava com a formação dos surdos. Por isso, fundou no ano de 1760 a primeira escola de surdos na Escócia, na cidade de Edimburgo. Nesta perspectiva, os autores Liazid Bernarab e Celso Socorro Olivereira afirmam:

O Abade Charles Michel de l'Épée propõe uma leitura diferente da situação dos surdos, argumentando que o uso de uma linguagem baseada em sinais e gestos iria facilitar a aprendizagem da língua francesa. Segundo ele, os gestos eram importantes para o crescimento da inteligência e achava que existia uma memória visual apoiando a memória auditiva (...). Ele enfatizava as dificuldades e resultados encontrados em uma educação oralista pura, que ele considerava como mecânica, sem espontaneidade, em oposição a um método baseado em uma cultura da inteligência usando meios de comunicação como a escrita, os gestos e a leitura que permitiam um crescimento autônomo. (2007, p.1)

Por volta do século XVIII, o educador Abade Charles Michel ficou conhecido como o Pai dos Surdos, porque defendia o uso da linguagem de sinais na educação dos surdos, porque este método facilitava o seu ensino e aprendizagem. Ele também era contra o método oralista, por se tratar de um sistema opressor que obrigava o surdo a se oralizar⁶.

Foi realizado o Congresso de Milão⁷ em 1880, na Itália, de 6 a 11 de Setembro, este congresso tinha como foco o oralismo, metodologia esta que direcionava o ensino do surdo somente pela língua oral. A maioria dos profissionais em educação que participavam do evento eram a favor do método oralista, acreditando que seria o melhor para o ensino dos surdos. Depois de inúmeras discussões, ocorreu uma votação na qual a Língua de Sinais foi proibida, e o oralismo prevaleceu.

Desta forma a Doutora em Educação Cristina Lacerda argumenta:

Assim, no mundo todo, a partir do Congresso de Milão, o oralismo foi o referencial assumido e as práticas educacionais vinculadas a ele

⁵ Thomas Braidwood, segundo Cabral (2005), "(1715-1806) abre uma escola em Edimburgo, baseada numa metodologia de base oral e gestual. Manteve os seus métodos em segredo familiar, mas parece que combinava um alfabeto bimanual com gestos, escrita e leitura".

⁶ Segundo a teórica Márcia Goldfeld em seu livro *A criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*: "O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva (...). Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

⁷ O "Congresso de Milão de 1880", foi o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, que tinha por finalidade discutir a educação para as pessoas surdas.

foram amplamente desenvolvidas e divulgadas. Essa abordagem não foi, praticamente, questionada por quase um século. Os resultados de muitas décadas de trabalho nessa linha, no entanto, não mostraram grandes sucessos. A maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória e, em geral, esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação à aquisição de fala apresentada pelos ouvintes, implicando um atraso de desenvolvimento global significativo. Somadas a isso estavam as dificuldades ligadas à aprendizagem da leitura e da escrita: sempre tardia, cheia de problemas, mostrava sujeitos, muitas vezes, apenas parcialmente alfabetizados após anos de escolarização. (1998, p. 4)

Como não houve nenhum avanço desde o final do século XIX, e boa parte do século XX, a educação para surdos ficou praticamente estagnada, não contribuindo para a formação escolar, e inserção social adequada. Todavia, o uso da linguagem oral não contribuía para sua comunicação. “Havia a crença de que a fala era a chave não só para o surdo ser alfabetizado, mas também para ser integrado à sociedade dos ouvintes” (SHELP, 2008, p.51). Nesta perspectiva, surge um método para auxiliar na aprendizagem para surdos chamado *Comunicação Total*, Patrícia Schelp⁸explicita:

Sua principal meta era o uso de quaisquer estratégias que permitisse o resgate de comunicações, total ou parcialmente bloqueadas. Este novo modelo combinava a língua de sinais, gestos, mímica, leitura labial, enfim, qualquer recurso que colaborasse com o objetivo principal: a utilização da língua oral. (2008, p.51)

A “Comunicação Total” surge por volta dos anos de 1970, devido ao uso de vários recursos utilizados nesta metodologia, resultou no favorecimento da comunicação e aprendizagem do surdo.

No Brasil, a trajetória dos surdos não foi diferente. Seu processo educativo foi influenciado pelos eventos ocorridos, principalmente na Europa, como apresentaremos a seguir no item 3.1. Porém, antes de abordarmos sobre a educação para surdos no cenário brasileiro, ressaltamos que a “Língua de Sinais” tem uma gramática própria em cada país. Ela não é universal, pois tem como lastro as especificidades das culturas dos contextos nos quais as pessoas estão inseridas.

⁸ Patrícia Paula Schelp é formada em Pedagogia, Mestre em Educação nas Ciências, e Docente Língua Brasileira de Sinais - Libras, na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

3.1. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A história da educação dos surdos no Brasil iniciou no Segundo Império – ou – Segundo Reinado, por volta dos anos de 1840, sendo o imperador do Brasil Dom Pedro II, que convidou o professor surdo francês Ernest Huet para ensinar os surdos. A respeito disto, Myrna Monteiro⁹ (2006) afirma:

Em 1856, chegou ao Brasil o professor Ernest Huet, surdo francês que trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil. Os surdos brasileiros, que deviam usar algum sistema de sinais próprio, em contato com a Língua de Sinais Francesa (LSF), produziram a Língua de Sinais Brasileira. No ano seguinte, no dia 26 de setembro de 1857, foi fundado o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, e denominado o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). (2006, p.296)

Verificamos que a educação no cenário brasileiro para surdos, assim com a educação geral, foi influenciada pelo modelo francês, que deu início no Colégio Nacional para Surdos-Mudos, o que se tornou, mais tarde, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)¹⁰, localizado na cidade do Rio Janeiro.

O colégio funcionava como pensionato e serviu de ensino para surdos com poder aquisitivo de várias partes do país, que se deslocavam para o Rio de Janeiro, no qual os mesmos tinham disponíveis a disciplina de História do Brasil e cursos profissionalizantes, garantindo não somente o ensino e aprendizagem, como estratégias de instrumentalização para uma atividade laboral, contribuindo para sua autonomia no que diz respeito a subsistência.

Após 40 anos, em consonância com as decisões do Congresso de Milão de 1880, um ano depois da língua de sinais também foi proibida no Brasil. “Como consequência dessa proibição, em 1895 teve o declínio do número de professores Surdos (22%) nas escolas para Surdos e aumentaram os professores ouvintes”. (MONTEIRO, 2006, p. 296)

A situação dos surdos, como também suas instituições sentiram o reflexo negativo do congresso. Eles estavam garantindo seu espaço no meio profissional, e educacional, mesmo com o preconceito que passavam. A maioria dos intelectuais que se encontravam neste evento eram ouvintes, e se pronunciaram por aquelas pessoas, não levando em consideração suas verdadeiras necessidades.

⁹ Myrna Salerno Monteiro é graduada em Comunicação Visual e Letras/LIBRAS, Mestre em Linguística, e Docente no Departamento de Letras/LIBRAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹⁰ Para maiores informações disponíveis em: <<http://www.ines.gov.br/>>. Acesso em: 20.05.2018.

Passados quase cem anos de proibida a Língua de Sinais, ela ainda não havia sido esquecida de fato no Brasil, isso nos finais do século XX. Muitos ainda a utilizavam em ambientes não escolares, principalmente em institutos e associações. Porém, com a aceitação por volta de 1960 da “Língua de Sinais”, um dos métodos aderidos foi também a *Comunicação Total*, e logo depois no ano de 1980 o *Bilinguismo*.

Com relação a isto, Márcia Goldfeld¹¹ (2002) irá afirmar:

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seus pais. (2002, p. 42)

O Bilinguismo surgiu para fortalecer a importância da Língua de Sinais, não apenas como a primeira língua do surdo, mas reforçando a necessidade de conhecer a língua parental.

Depois de 110 anos do Congresso de Milão não há uma anulação da língua oral, mas releva sua própria língua. Desde a década de 1980 esta modalidade está sendo implantada, porém somente regulamentada por lei em 24 de abril de 2002.

A lei que normatiza o Bilinguismo, é a mesma que regulamenta a LIBRAS, sendo esta a Lei nº 10.436¹², que determina:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

¹¹ Márcia Goldfeld Goldbach é formada em Fonaudiologia, Mestre em Psicologia e Doutora em Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade Federal de São Paulo.

¹² Legislação disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm>. Acesso em: 22.05.2028.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2002)

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua do surdo brasileiro, e a regulamentação acima nos chama atenção para o seguinte: as instituições públicas devem garantir a recepção por meio da LIBRAS, e isto inclui também as instituições museológicas. Neste estudo, o MAFRO/UFBA que, assim como os demais museus, devem promover, através de seus programas educativos e das exposições, recursos para possibilitar a acessibilidade por parte das pessoas surdas. Uma vez que a própria lei determina que a LIBRAS não deverá substituir os textos escritos em português, e a maioria destas pessoas não são alfabetizadas na língua portuguesa. Ou seja, os textos presentes nas exposições não podem ser acessados por estes indivíduos, o que os impedem nos processos de comunicação.

A LIBRAS faz parte da vida da maioria dos surdos brasileiros e podemos perceber em alguns momentos e espaços, a exemplo de horários eleitorais, como em outros comunicados, intérpretes em LIBRAS. Existe um jornal na TV aberta chamado “Jornal Visual”, trata-se de um jornal voltado ao público surdo com apresentadores transmitindo as notícias em LIBRAS. Até mesmo nas universidades como a Federal de Santa Catarina, Federal do Recôncavo da Bahia, Federal do Rio de Janeiro, entre outras, há a modalidade do nível de graduação titulada Letras – LIBRAS. Este curso foi regulamentado no ano de 2011, justamente para assegurar a educação superior dos surdos, tanto pela LIBRAS quanto pelo Português, tratando de uma educação bilíngue.

Todos estes exemplos são para destacar que, vários ambientes, como os meios de comunicação, estão desenvolvendo métodos para permitir a acessibilidade às pessoas surdas e garantir a aplicação da lei. Contudo, isso não é suficiente, principalmente quando nos deparamos com os espaços museais, nos quais esta realidade ainda é distante. Citamos no capítulo 1 algumas instituições que desenvolvem uma recepção ao público surdo por meio da LIBRAS, porém não é uma

realidade na cidade do Salvador. Portanto, sugerimos que, para o MAFRO/UFBA, uma das possibilidades seria viabilizar a contratação de um intérprete para fazer parte do seu quadro de funcionários, e/ou, a capacitação dos mediadores.

O intérprete em LIBRAS é aquele que faz a interpretação das informações do português ou de outro idioma para LIBRAS e vice-versa.

Por isso Ivani Rodrigues Silva e col. argumentam:

Uma vez que as pessoas surdas necessitem ou desejem se comunicar com os ouvintes, a presença do intérprete se torna relevante na mediação do contato entre surdos e ouvintes.

O fato de as pessoas surdas apresentarem a língua própria (a Língua de Sinais), nos leva a considerar como necessária a presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) perante essas pessoas em muitas situações do cotidiano, na interação com os ouvintes. (2003, p. 236-237)

A presença deste profissional irá possibilitar que estabeleçam diálogos entre o ouvinte e o surdo quando existir a necessidade de se acessar informações que não estão em LIBRAS. Eles servirão como interlocutores, e se encontrarão presentes em vários ambientes formais como: escolas, igrejas, palestras, fóruns, e etc., trata-se de uma profissão regulamentada pela Lei nº 12. 319, de 01 de setembro de 2010.

Para a realidade do MAFRO/UFBA, o mediador deve estar habilitado em LIBRAS para que o surdo tire suas dúvidas sobre os conteúdos expostos e que haja interação. Uma mediação que não contém diálogo acaba não atingindo seu objetivo.

É importante também destacar que devemos aprender LIBRAS da mesma forma que aprendemos qualquer outro idioma, consideramos este tipo conhecimento importante para facilitar a comunicação com pessoas de e/em outros países. Porém, quando nos deparamos com a comunicação com as pessoas surdas em nosso cotidiano não consideramos relevante. Ela é reconhecida como segunda língua oficial no Brasil, entretanto, não existe políticas públicas na educação que promovam o ensino da LIBRAS nos espaços de escolarização, assim como tem para outros idiomas.

A LIBRAS em nosso país fica somente restrita ao aspecto da educação escolar. Percebemos isto com a preocupação (mesmo que superficial) das faculdades, ou instituições de ensino superior, como disciplina nos cursos de licenciatura, todavia, não queremos dizer que isto não seja importante. Contudo, ela também deve atingir as demais esferas da sociedade. Diante do exposto, ressaltamos a importância do uso da Língua de Sinais em instituições culturais e, principalmente, nos museus.

3.2. COMUNIDADE SURDA

A discriminação em relação a surdez terminou por criar um tabu sobre as pessoas surdas quando, por ignorância, pensamos que estas pessoas não tem o mesmo nível intelectual das que escutam. Isto vem contribuindo para estigmatizá-las. Por falta de conhecimento passamos a rotulá-las de: “mudo”, “surdo-mudo”, “mudinho”, dentre outros termos, os quais os ofendem e os desrespeitam. Como vimos em sua história, sabemos o quanto eles foram e são discriminados. Neste contexto, se faz necessário entender o que é a Comunidade Surda. Cibele Assênsio¹³, afirma:

Comunidade surda é uma categoria amplamente disseminada e referida geralmente a uma totalidade imaginada de pessoas que compartilham de certos códigos, dentre os quais a língua de sinais é um aspecto central. Assim como cultura surda também ganha, às vezes, significados diferentes dependendo do contexto de uso. Seu significado mais sólido, conforme já sugeri, refere-se a comunidade(s) linguísticas(s); coletividade de usuários de uma mesma língua de sinais, inferindo também relações de identificação entre seus membros. (2015, p. 22)

Para as pessoas ouvintes, os surdos se encontram na “categoria” de deficiente auditivo. Não é considerado falta de educação ou de respeito chamá-los de “Surdos”, mesmo porque, para eles, a surdez não é considerada uma deficiência. Com todo respeito à Comunidade Surda, chamaremos como se sentem à vontade e como querem ser chamados, pois isso faz parte desta identidade.

A Comunidade Surda é grupo produtor de cultura, por se tratar de pessoas que vivenciam experiências e sentimentos semelhantes, e tem em comum a língua de sinais, uma das suas formas de comunicação.

Na descrição do livro *Série Museologia* afirma que:

As pessoas que se identificam dessa maneira não se consideram portadores de deficiência, mas membros de uma comunidade específica, e se auto definem como Surdos com “S” maiúsculo. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, p. 28)

Na Comunidade Surda, estes indivíduos, devido a convivência, acabam adquirindo identidades específicas, como também as mais variadas culturas. Para eles, o “não ouvir” não é deficiência e não os fazem melhores ou piores que os ouvintes¹⁴.

¹³ Cibele Barbalho Assênsio é graduada em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social, especialista em LIBRAS, e docente na Faculdade São Bernardo (FASB).

¹⁴ Ouvinte: “Pessoa que escuta um discurso, uma leitura, um programa radiofônico etc.” Ou seja, expressão usada para reconhecer o não-surdo. Definição retirada do Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ouvinte/>>. Acesso em 15.05.18.

Abaixo apresentamos uma tabela sobre a classificação dos graus de perda de audição de acordo com a Secretária de Educação Especial¹⁵ do ano de 2006.

Tabela 2 - Classificações da Surdez

Tipo de Surdez e Grau	Características
Surdez Leve - 16 a 40 dB	Nesse caso, a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho).
Surdez moderada - 41 a 55 dB	Com esse grau de perda auditiva, a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.
Surdez acentuada - 56 a 70 dB	Com esse grau de perda auditiva, a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal.
Surdez severa - 71 a 90 dB	Nesse caso, a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou ruídos das máquinas de escrever num escritório.
Surdez profunda - acima de 91 dB	Nesse caso, a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando.

Segundo Gomes, 2006.

A partir dos dados apresentados no quadro, podemos verificar os níveis de surdez e, podemos observar que é necessário conhecer estas informações, inclusive para traçar estratégias para uma recepção melhor, disponibilizando mecanismos que facilitem a comunicação destas pessoas nos espaços museológicos. A medição dos níveis de pressão sonora é representada pelo símbolo “db”, denominado como decibéis. Por meio de um exame realizado pelo profissional fonoaudiólogo(a), torna-se possível chegar a este diagnóstico. Temos que destacar também que, ainda possui a surdez que se apresenta somente de um lado, a qual chamamos de unilateral, e a que se encontra nos dois lados é classificada de bilateral.

Todas estas características incomuns fazem com que estes indivíduos vivenciem as mesmas experiências e se aproximem. É habitual encontrarmos associações que prestam serviços para estas pessoas, nos quais pais e/ou responsáveis se fortalecem, trocam experimentações, adquirem conhecimento sobre o assunto, e os surdos se relacionam uns com os outros. Este espaço serve como

¹⁵ Referência Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosurdos.pdf>>. Acesso em 16.05.18.

meio de resistência no qual o grupo se articula para ir aos poderes públicos reivindicar implantação de políticas que resguardem seus direitos. Segundo Karin Strobel¹⁶:

As comunidades surdas no Brasil têm uma longa história. O povo surdo brasileiro deixou muitas tradições e histórias em suas organizações. Estas organizações iniciaram diante de uma necessidade do povo surdo ter um espaço para se reunir e resistir contra as práticas ouvintistas que não respeitavam sua cultura. Essas organizações – as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros – também tiveram e tem o papel importante que é a transmissão cultural, esportiva, política, religiosa e fraternal pelos povos surdos. (2008, p. 26)

Estes espaços facilitam a troca de informações entre os surdos e contribuem para minimizar os problemas enfrentados devido à discriminação que enfrentam, colaborando para o fortalecimento da identidade surda. Assim como a LIBRAS que era praticada nestas associações quando foi proibida.

A Identidade Surda está disseminada em todos os lugares onde os surdos se encontram. São várias comunidades inseridas em diversos grupos sociais, tais como: LGBT¹⁷, negros, feministas, evangélicos, partidos políticos, entre outros. Como as pessoas que se encontram neste ambiente têm a identidade surda, logo chamamos de Comunidade Surda. Os autores Ana Paula Santana e Alexandre Bergamo¹⁸ (2005) argumentam:

A constituição da identidade do sujeito está relacionada às práticas sociais, e não a uma língua determinada, a às interações discursivas diferenciadas no decorrer de sua vida: na família, na escola, no trabalho, nos cursos que faz, com os amigos. O reconhecimento dessa realidade seria o aprofundamento das discussões sobre a identidade no campo da surdez, no qual se procura estabelecer uma “norma” com relação ao que é teoricamente chamado de identidade, e exigir que as análises correspondam a ela. Ou seja, uma norma de identidade, a identidade do surdo, e uma norma cultural correspondente, a cultura surda. (2005, p.572)

As relações dos surdos nos diversos ambientes caracterizam sua identidade, que os fazem produtores de sua própria cultura. A “Cultura Surda”, assim como a “Identidade Surda”, se engloba nos aspectos que compõe a surdez, e suas manifestações. Vale destacar estas informações para que percebamos que estamos

¹⁶ Karin Lilian Strobel é graduada em Pedagogia, especialista em Surdez, e Doutora em Educação.

¹⁷ LGBT – Sigla referente a: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. Maiores informações em: <<http://movimentolgbt.com.br/>>. Acesso em: 03.06.18.

¹⁸ Ana Paula Santana graduada em Fonoaudiologia, Mestre e Doutora em Linguística.

Alexandre Bergamo é graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Antropologia. Docente do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

lidando com o grupo que possui várias características, que a sociedade como um todo não observa.

3.2.1. Comunidade Surda do Colégio Estadual Victor Civita

Figura 02: Fachada do Colégio Estadual Victor Civita



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

A Comunidade Surda selecionada para este estudo é formada pelos alunos do Colégio Estadual Victor Civita - (doravante CEVC) (Figura 02), colégio que se encontra localizado na Rua Dique Pequeno, s/n – Engelho Velho de Brotas. Inaugurado no dia 26 de maio de 1992, o colégio foi fundado através do convênio da Secretária Estadual de Educação em parceria com a Fundação Victor Civita, por consequência o nome “Victor Civita”.

O colégio possui cerca de 500 alunos matriculados, dentre eles 23 são surdos, que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovido pela Secretária de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Este atendimento trata-se de uma diretriz de educação voltada para o ensino inclusivo de pessoas portadoras de deficiência na escola regular.

No CEVC, os alunos surdos têm em sala de aula intérpretes em LIBRAS que repassam o conteúdo das disciplinas, exercícios, e intermediam a relação destes com

os professores, principalmente nos momentos de dúvidas sobre algum assunto, ou atividades. O colégio dispõe um total de 3 (três).

A partir da análise dos dados obtidos nas entrevistas, pudemos verificar que todos os estudantes surdos não moram no bairro onde o colégio fica localizado. Devido a ineficiência de políticas públicas voltadas para este segmento, existe a carência de intérpretes nos colégios dos bairros destes alunos, que conseqüentemente acabam se deslocando para outras localidades para dar continuidade aos estudos.

Os alunos surdos do CEVC fazem parte de associações onde aprendem a gramática portuguesa, o que auxilia nos estudos aplicados em sala de aula, e a LIBRAS, que reforça os laços com a Comunidade Surda.

Os alunos do grupo estudado desta escola cursam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, na faixa etária de 13 a 22 anos. Devemos levar em consideração que alguns dos estudantes maiores de idade ainda cursam o ensino fundamental pelo diagnóstico tardio da surdez, além também da família não encontrar ambientes escolares inclusivos para a formação escolar.

Para ter um contato maior com a problemática que envolve os surdos, optamos por trabalhar com este grupo de estudantes que, através da professora e interprete em LIBRAS, Johnne Lin, visitou o museu com parte dos alunos, ação que facilitou a construção da nossa discussão a respeito da relação deles com a instituição estudada, ouví-los no sentido de compreender qual a sua percepção acerca do museu, o atendimento e a própria apresentação dos conteúdos dos espaços expositivos visitados por eles.

4. MUSEU AFRO-BRASILEIRO

Pertencente à Universidade Federal da Bahia, o MAFRO/UFBA (Figura 3), situado no prédio da primeira Faculdade de Medicina do Brasil, localizado no Largo Terreiro de Jesus, nº 15 - Centro Histórico de Salvador.

Foi criado no início dos anos 70 do século passado por um grupo de professores, intelectuais e representantes da comunidade negra baiana, a partir do Programa de Cooperação Cultural, aberto ao público em 7 de janeiro de 1982.

Figura 03: Fachada do Prédio onde se encontra o MAFRO/UFBA.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

A instituição desenvolve ações afirmativas e identitárias no que diz respeito à cultura africana e afro-brasileira, atingindo não só a cidade do Salvador, como as pessoas de vários lugares que vão visitar o museu.

O MAFRO/UFBA possui duas coleções, uma africana, que uma parte dela foi formada pelo etnólogo Pierre Verger, que adquiriu os objetos por meio de compra e/ou doação por parte de algumas embaixadas africanas; e a outra afro-brasileira, também por compra, e muitas peças, principalmente as relacionadas à afro-religiosidade, que

foram doadas por sacerdotes e sacerdotisas de muitos terreiros de Salvador e de cidades do Recôncavo Baiano.

Além do MAFRO/UFBA servir de ambiente que transmite a cultura africana e afro-brasileira, ratificando ainda mais a história da população soteropolitana e brasileira, este espaço, como parte da UFBA, desenvolve vários outros papéis como museu universitário. Segundo Adriana Mortara Almeida (2002):

Costuma-se denominar “museus universitários” todo museus e/ou coleção que esteja sob responsabilidade total ou parcial de uma instituição de ensino superior e/ou universidade, incluindo a salvaguada de acervo, os recursos humanos e espaço físico para mantê-lo. (2002, p. 205)

A abordagem de Almeida (2002) nos leva compreender a significância do MAFRO/UFBA como um museu de natureza universitária que desenvolve suas atividades de pesquisa e extensão, promovendo a reflexão sobre várias questões sociais junto à comunidade negra, além de ter a possibilidade de ampliar suas ações para atender a Comunidade Surda. Desta forma os alunos de licenciatura que tem a LIBRAS como componente obrigatório, podem aperfeiçoar o conhecimento adquirido em sala de aula no museu, de modo que os professores de LIBRAS da UFBA, que em suma são surdos, desenvolveriam atividades de extensão neste espaço para a capacitação de mediadores e funcionários.

Como museu universitário, o MAFRO/UFBA apresenta alternativas que podem contribuir, por meio do seu patrimônio, para a recepção da Comunidade Surda. Podemos destacar que inúmeros surdos afro-brasileiros ficam sem conhecer este espaço por falta de um interprete em LIBRAS. Para estas pessoas, as instituições que oferecem uma recepção adequada garantem a acessibilidade aos conteúdos apresentados, contudo, constatamos que em Salvador os museus, de uma forma geral, não atendem ao que está prescrito na lei de acessibilidade, devendo, desta forma, se reestruturar para fornecer o melhor atendimento.

4.1. APRESENTAÇÃO DAS SALAS EXPOSITIVAS E PROPOSTAS

Para o desenvolvimento deste trabalho se fez necessário a observação do espaço expositivo do MAFRO/UFBA, onde foi investigado os pontos positivos e negativos que o espaço tem a oferecer ao surdo no momento da visita.

O MAFRO/UFBA é dividido em 4 salas expositivas, 2 salas de exposição de longa duração e 2 salas de exposição de curta duração. O primeiro espaço é a recepção (Figura 4) e, logo ao lado, se encontra o painel de apresentação do MAFRO (Figura 5). Na primeira sala se encontram, até o momento desta pesquisa, duas exposições: a primeira (Figura 6) trata-se de uma imagem intitulada “Trajetórias de Inclusão e Resistência do MAFRO (2012-2018)”, com a linha do tempo das exposições realizadas no decorrer de 6 anos.

Figura 04: Recepção do MAFRO.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 05: Texto de Apresentação do MAFRO/UFBA.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 06: Plotagem da Exposição Trajetórias de Inclusão e Resistência.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Observando estes dois espaços, é possível perceber a riqueza visual e detalhes que o ambiente contribui para a atenção do surdo. Um dos sentidos mais utilizados por estes indivíduos em determinados lugares é a visão, mas, os textos

escritos que contém informações importantes não irão os alcançar, visto a impossibilidade da leitura dos textos em língua portuguesa uma vez que esta não seja a sua língua materna.

Ao lado da primeira sala temos o núcleo “O MAFRO pela vida contra o genocídio da juventude negra” (Figura 7 e 8), que denuncia a violência letal contra a vida dos jovens negros.

Figura 07: Exposição Genocídio 1.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 08: Exposição Genocídio 2.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

A segunda sala se encontra a exposição de longa duração denominada “África” (Figura 9, 10, 11 e 12), que contém objetos de uso cotidiano e também ritualístico de culturas africanas. Além de conter nas paredes mapas com dados da economia e localização dos países africanos, rota do mercado escravista no século XV, ilustrações sobre roupas e penteados presentes nesta cultura, como também informações sobre a cerâmica local.

Figura 09: Sala África 1.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 10: Sala África 2.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 11: Sala África 3.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 12: Sala África 4



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

A terceira sala apresenta a exposição de curta duração “Exu e outras faces” (Figura 13 e 14), que tem por objetivo desconstruir, através da narrativa expográfica, a imagem diabolizada desta divindade. Com isso, a exposição deixa claro que ela é uma estratégia utilizada pelo museu para combater, ou ao menos discutir, a intolerância religiosa na Bahia, principalmente no que diz respeito a representação de

Exu, que ao longo da trajetória do povo negro tem sido visto, pela mentalidade cristã, como a parte má das religiões de matriz africana.

Figura 13: Exposição Exu 1.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 14: Exposição Exu 2.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Na sala anexa encontramos, por meio de plotagem, as ações desenvolvidas pelo museu como espaço de laboratório, dando continuidade a amostra “Trajetórias de Inclusão e Resistência do MAFRO (2012-2018)” (Figura 15 e 16).

Figura 15: Trajetórias de Inclusão e Resistência 1.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 16: Trajetórias de Inclusão e Resistência 2.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

A 4ª e última sala expositiva é a “Carybé” (Figura 17 e 18). Esta sala é composta por um mural com 27 painéis em madeira que representam Orixás, na técnica do entalhe e incrustação de materiais diversos como conchas, metais, instrumentos, sementes etc. Produzidos pelo artista plástico Héctor Julio Paride Bernabó, um Argentino, naturalizado brasileiro, que se encantou pelo Brasil, mais precisamente pela Bahia e toda cultura afro-brasileira. O mesmo é conhecido pelo codinome “Carybé”.

Figura 17: Carybé 1.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 18: Carybé 2.



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

De acordo com as imagens apresentadas, observamos que as salas expositivas são inacessíveis à Comunidade Surda, no sentido de não possuir interprete em LIBRAS e/ou uma pessoa surda na mediação. Estes profissionais seriam importantes para contribuir com o diálogo com o visitante surdo durante a visitação.

Sugestão 1

Sugerimos nas produções audiovisuais expostas nestas salas a utilização da “Janela em Libras”. Por meio deste dispositivo o profissional interprete passará o conteúdo do vídeo simultaneamente para LIBRAS. Nesta perspectiva, Vinícius Nascimento (2017) argumenta: “[...] a janela de Libras é mais um recurso de acessibilidade para pessoas que não podem acessar o conteúdo oral por impossibilidades sensoriais auditivas”. (p. 475). Este instrumento vem como um adicional no que diz respeito à acessibilidade, servindo de suporte técnico no momento da visitação ao MAFRO/UFBA do público surdo.

Sugestão 2

Nas legendas (Figura 19 e 20) e demais textos em português propomos o (*QR Code*) (Figura 21), o qual, segundo Coutinho e Vieira (2013, p. 74), “[...] um código QR (“Quick response”) é um código de barras em 2D, criado no Japão pelo Denso-Wave Corporation (uma divisão do Grupo Toyota), em 1994. A sua licença de uso abrange qualquer pessoa ou organização”. Esta ferramenta permite o acesso as informações disponibilizadas no código em LIBRAS, sendo estes dados expressos em *signwriting*, ou até mesmo por meio de vídeos realizados por interpretes. No Brasil já existem instituições museais que utilizam esta ferramenta para atender o público surdo, a exemplo disso a Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), localizada no Rio de Janeiro.

Figura 19: Localização da Etiqueta

Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

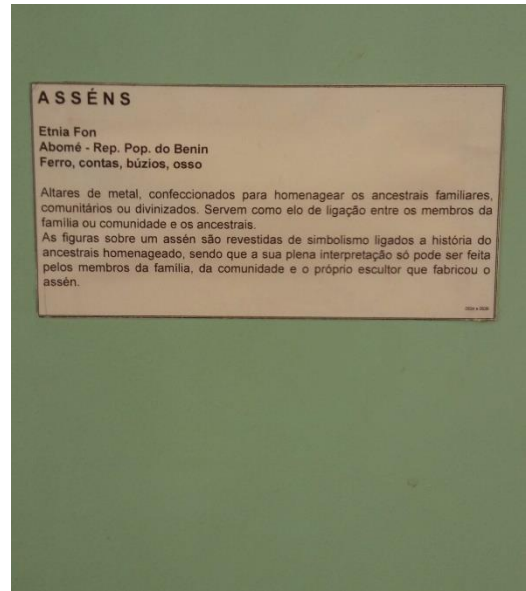
Figura 20: Modelo da Etiqueta

Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Figura 21: QR Code.

Fonte: <https://www.microsoft.com/pt-br/p/qr-code-for-windows10/9nblggh5m02g>. Acesso em: 14.06.18.

Os meios tecnológicos permitem que o MAFRO/UFBA monte estratégias que supram a necessidade nesta recepção, possibilitando a estas pessoas ingresso ao conteúdo disponível nas salas expositivas. As alternativas são variadas. Hoje temos sites que desenvolvem QR Code gratuitamente.

Sugestão 3

Assim como o roteiro disponibilizado pelo museu para os visitantes que vêm de outros países, recomendamos o uso deste mesmo método por meio do sistema *signwriting* para o público alvo desta pesquisa. O guia auxiliará estas pessoas em uma visita isolada, da mesma forma que este meio é utilizado pelo visitante estrangeiro.

Vale ressaltar que estas estratégias são importantes, porém, nenhuma delas substitui a presença do intérprete em LIBRAS. Este profissional vem para a troca de informações e principalmente para facilitar a comunicação. Muitas vezes a dúvida deste visitante não está escrita em LIBRAS e a capacitação dos mediadores irá dar o suporte necessário para lidar com este tipo de situação. Desta forma, a museóloga Margarete de Oliveira (2015) afirma:

E o museu, ao oferecer aos surdos o atendimento em sua língua reconhecida legalmente, que é a Libras, propicia o encontro entre duas culturas, surda e ouvinte. Sendo assim, o museu passa a ser considerado um território de encontro com essas culturas. (2015, p. 78)

A recepção deste público no MAFRO, por meio da LIBRAS, vai garantir uma recepção com eficiência, assegurando com fluidez o acesso às informações durante a visita. Este atendimento que a autora afirma vai além de uma mediação, e se inicia desde a sua chegada ao museu até a sua saída.

Por ter visão aguçada, o surdo também se comunica através do olhar. Logo, ele observa com riqueza de detalhes tudo que encontra ao seu redor, e o MAFRO fornece por meio do seu acervo e informações expressas na narrativa expositiva, pontos positivos para que a acessibilidade seja desenvolvida.

O ponto chave deste trabalho é para atentarmos para a importância da comunicação entre o MAFRO/UFBA e o visitante surdo. Este público vai a este ambiente com o intuito de conhecer aspectos da cultura africana e afro-brasileira, sendo assim, faz-se necessário que este espaço contribua para que isto aconteça.

Será que este público só pode frequentar o MAFRO/UFBA acompanhado de intérprete? E se quiserem realizar uma visita individual? No momento não será possível uma interlocução neste espaço, profissionais não são capacitados em LIBRAS e o museu não dispõe de recursos que forneçam isso. Queremos que este público saia deste espaço com o que ele tem a oferecer e que, por meio dos recursos oferecidos nas salas expositivas e mediação, isto seja possível.

5. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Alunos Surdos

Foram ouvidos 13 alunos da CEVC, e nos depoimentos foi possível constatar que 100% dos alunos visitaram o MAFRO/UFBA, porém a visita não foi prazerosa por falta de um atendimento especializado. À ausência de intérprete em LIBRAS na instituição não favoreceu o aproveitamento das informações durante o trajeto da visita. Este grupo de pessoas conhecem o museu, mas sempre vão acompanhados de grupos escolares, ou familiares.

Quando estes visitantes vão ao museu acompanhados de outras pessoas que tem o conhecimento em LIBRAS como mãe, professores e parentes, eles até acharam a visita prazerosa, porém, isso diminui o desconforto por não serem atendidos por profissionais capacitados na Língua de Sinais, uma vez que estes mediadores não têm também o traquejo de falar pausadamente para que possam captar de alguma forma as informações.

Em resposta a uma das questões da entrevista, os surdos ressaltam a importância da troca de informações entre eles e o intérprete e, enfatizam que, durante este diálogo eles adquirem conhecimento. Pelo fato deles viverem em uma sociedade onde não existe acessibilidade adequada, qualquer ambiente que disponibilize algum tipo de conhecimento, para eles, ali existe a possibilidade de aprendizagem.

Constatamos que 96% dos entrevistados concordam que o intérprete em Libras é o caminho para a comunicação entre eles, e as informações expressas nos espaços expositivos. E até sugerem ao MAFRO o uso de informes visuais, a exemplo de fotografias, quadros com qualidade na resolução, livros ilustrativos, entre outros. Como já pontuamos ao longo dessa discussão que o surdo é visual, e por isso ele sente a necessidade que os ambientes chamem a atenção deles por meio do olhar.

Figura 22: Entrevista com aluno¹⁹ do CEVC**Foto:** Luíse S. Pereira, 2018.**Figura 23:** Respondendo a Entrevista**Foto:** Luíse S. Pereira, 2018.**Figura 24:** Momento da entrevista no CEVC**Foto:** Luíse S. Pereira, 2018.**Figura 25:** Apresentação em Libras**Foto:** Luíse S. Pereira, 2018.

Mediadores do MAFRO/UFBA e Recepcionistas

Foram entrevistados cinco mediadores, ambos são estudantes universitários dos cursos da UFBA, o que supõe que estes tiveram contato com a LIBRAS, porém isto não é uma realidade. Durante as entrevistas foi possível perceber que somente os estudantes de licenciatura cursaram a disciplina de LIBRAS de forma superficial e apenas por um semestre, tempo insuficiente para o domínio da língua. Desta forma não tinham mais lembranças dos sinais, por que o conteúdo exposto em sala de aula era denso, e tratado em um curto espaço de tempo.

¹⁹ Todas as pessoas presentes nas fotografias deste trabalho autorizaram a divulgação das imagens por meio do “Termo de Consentimento”.

Com base nas respostas apresentadas, a presença dos surdos durante a visita é passada muitas vezes despercebida pelos mediadores, ao ponto de relatarem que não vão surdos na instituição, contradizendo as respostas dos surdos citada a cima.

Com base nos resultados encontrados nas entrevistas, a maioria das vezes que estes visitantes foram ao museu estavam acompanhados por intérpretes, constatando que quando o surdo vai desta forma o mediador se distancia. Não queremos dizer que o surdo acompanhado pelo interprete é ruim para a mediação, porém faz com que o mediador se acomode e não queira manter um contato com o surdo para não gerar nenhum desconforto. A partir da fala dos mediadores, foi possível verificar que os profissionais preferem se afastar, acreditando que a presença do intérprete isenta a sua responsabilidade.

Vale ressaltar que o interprete não conhece o acervo do museu, nem as informações contidas nas salas expositivas. Ele tem uma visão limitada do que está exposto, mas, o mediador não. Os profissionais que atuam no museu estudam o conteúdo expositivo para passar o máximo de informações possíveis aos visitantes. Desta forma, a função de um não substitui a do outro.

Os poucos mediadores que atenderam um grupo de surdos acompanhados de intérprete, e apontaram que eles conseguiram desenvolver o trabalho de mediação com fluidez, destacaram apenas que a comunicação deve ser lenta para que o profissional possa interpretar o máximo de informações possíveis.

Um dos pontos positivos destas entrevistas foram dos mediadores se dispuserem em aprender LIBRAS, enfatizando a importância na comunicação entre a mediação e os surdos durante a visita museológica mediada, e a necessidade destas pessoas serem incluídas nos ambientes culturais.

A aplicação das entrevistas com os recepcionistas fora realizada de forma clara e objetiva. Sendo ouvidos 2, ambos atuam no museu há mais de um ano. Porém, da mesma forma que ocorre com os mediadores, vemos por meio das respostas apresentadas a reafirmação da não comunicação com os surdos pelo não conhecimento da LIBRAS, e pela companhia de intérpretes.

No setor da recepção é onde ocorre o primeiro contato do visitante com o museu, no entanto, quando o tratamento se inicia de forma inadequada já gera um desconforto com o público. Por isso se faz necessário que estes profissionais também

adquiriam o conhecimento com a Língua de Sinais para garantir, logo de início, a qualidade no modo de acolhimento à Comunidade Surda.

Em conclusão, reconhecemos que tanto os mediadores, como os recepcionistas, pessoas envolvidas de forma direta com o visitante do museu, salientam a importância do seu aprendizado em LIBRAS para melhor comunicação entre ambos, e garantia dos direitos dos surdos assegurados por lei.

Figura 26: Entrevista com mediadores



Foto: Raquel P. Oliveira, 2018.

Equipe Técnica

A equipe técnica do MAFRO/UFBA é composta por profissionais com formação acadêmica em Museologia. Para o desenvolvimento deste trabalho foram ouvidas (duas) profissionais deste grupo. Fez-se necessário estender os questionamentos a este grupo devido a sua importância no modo de tomar decisões no que diz respeito à instituição.

Em observação às respostas dadas no questionário, percebemos a preocupação da coordenação em fornecer ferramentas que possam contribuir com a recepção dos surdos, porém não acreditam que a visita de surdos no museu é constante.

Neste sentido, este trabalho vem para contribuir e evidenciar a importância de um quadro com profissionais capacitados para promover a acessibilidade de vários

tipos de público, especialmente, o público contemplado neste trabalho, as pessoas surdas. O Museu não deve se prender a um público para executar políticas de acessibilidade, mas sim exercer a sua função de museu, independente da coletividade que se apresente, e a responsabilidade maior neste sentido está com este setor.

Outro questionamento lançado a estes profissionais foi: o intérprete em LIBRAS poderia contribuir para o acolhimento ao público alvo desta pesquisa? Ambos concordaram que esta seria uma das alternativas primordiais, incluindo a capacitação de mediadores.

A coordenação manifesta o desejo de tonar a instituição acessível ao público como um todo. Porém, a necessidade de constatar a carência de um atendimento especializado de forma mais expressiva, os fazem ficar estagnados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho nos faz perceber o quanto as instituições museais carecem no que diz respeito às políticas públicas de acessibilidade para estarem a serviço da Comunidade Surda, assim como o MAFRO/UFBA, que deve iniciar e se instrumentalizar a partir desta necessidade.

A importância da capacitação de profissionais em LIBRAS, ou seja, um intérprete para a instituição, fará com que as lacunas da comunicação sejam preenchidas para que as trocas sejam mais intensas a partir de uma relação dialógica.

Como o museu está subordinado à universidade, tudo o que se diz respeito a ele precisa passar por sua aprovação. A UFBA necessita estar informada sobre a necessidade do museu, para que sejam viabilizados recursos que permitam o acolhimento da Comunidade Surda, contudo é importante que a coordenação do MAFRO/UFBA exponha esta necessidade.

Reconhecemos que todas estas sugestões devem passar por um período de experimentação, desta forma será levado em consideração o que necessita ser ajustado, mudado, e até mesmo desabilitado. Este trabalho não solucionará os problemas de atendimento à Comunidade Surda no MAFRO/UFBA de uma única vez, mas irá possibilitar reverberações neste sentido.

Desta forma, ciente da importância social do MAFRO/UFBA, pretendemos fomentar reflexões sobre este espaço para que, cada vez mais, ele garanta a acessibilidade dos Surdos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. Os públicos de museus universitários. **Revista do Museu de Arqueologia e Etonologia**, São Paulo, 12: 205-207, 2002.

ASSÊNSIO, Cibele Barbalho. **Comunidade surda: notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões**. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia, São Paulo.

BERNARAB, Liazid; OLIVEREIRA, Celso Socorro. Estudo da Língua Brasileira dos Sinais e da Língua dos Sinais Francesa Através da sua Formação e da Influência do Segundo Congresso Internacional de Milão na Educação dos Surdos. In: **IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**, 4., 2007, Londrina-Pr. Anais 2007. Londrina, 2007. p. 1-8.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em 6 de março de 2017.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Brasília, DF. Acesso em: 22. Mai. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. **Estatuto de Museus**. Brasília, DF. Acesso em: 6. Mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Brasília, DF. Acesso em: 10 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Brasília, DF. Acesso em: 02. Abr. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

CABRAL, Eduardo. Para uma Cronologia da Educação dos Surdos. **Comunicare** – Revista de Comunicação, APECDA-Porto, nº 3, p. 35 – 53, 2005.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade em Museus. **Cadernos Museológicos**, v. 2, p. 190, 2012. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf>. Acesso em: 1. fev. 2017.

COUTINHO, Clara Pereira; VIEIRA, Liliana de Sousa. **Mobile Learning: Perspetivando O Potencial Dos Códigos QR Na Educação**. Universidade do Minho, Portugal; 2013.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: Uma perspectiva teórica e Metodológica de Recepção**. 2005. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marilia_Cury/publication/259866616_Comunicacao_Museologica_-_Uma_Perspectiva_Teorica_e_Metodologica_de_Recepcao/links/0c96052e38f99eb>

32a000000/Comunicacao-Museologica-Uma-Perspectiva-Teorica-e-Metodologica-de-Recepcao.pdf>. Acesso em: 05. Mar. 2018.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, Cláudia Ap. Valderramas. Conhecendo a Surdez: anatomia e funcionamento do sistema auditivo, conceitos e classificações. In: **Saberes e práticas de inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. SEEP/MEC – Brasília: Secretária de Educação Especial, 2006.

INCLUSÃO. Dicionário Online de Português, 16. Mai. 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/inclusao/>>. Acesso em: 16. Mai. 2018.

LEI nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF. Acesso em: 6. mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. *Cad. CEDES*. 1998, vol.19, n.46, pp.68-80. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>>. Acesso em: 17. Mai. 2018.

MÍDIA E DEFICIÊNCIA. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 184. **Série Diversidade**. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 10. Abr. 2018.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. ETD – Educação Temática Digital, 2006, p. 95-305. Disponível em: <<https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/10178>>. Acesso em: 20. mai. 2018.

NASCIMENTO, Vinicius. **Janelas de LIBRAS e Gêneros do Discurso: Apontamentos para a Formação e Atuação de Tradutores de Língua de Sinais**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 2017, vol.56, n.2, pp.461-492. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/010318138649203273941>>. Acesso em: 20. jun. 2018.

OLIVEIRA, Margarete de. **Cultura e inclusão na educação em museus: processos de formação em mediação para educadores surdos**. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OUVINTE. Dicionário Online de Português, 15. Mai. 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ouvinte/>>. Acesso em: 15. Mai. 2018.

PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS - 2010/202. 2010: Brasília – DF, Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus .MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-web.pdf>> Acesso em: 28. fev. 2018.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e Identidade Surdas: Encruzilhada de Lutas Sociais e Teóricas. **Educação & Sociedade**. v. 26, n. 91 Campinas -SP, 2005, p. 565-582.

SARRAFI, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008. Dissertação (Mestrado – Departamento de Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008.../reabilitacaomuseu.pdf>>. Acesso em: 25. jul. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão./ Construindo uma sociedade para todos**. 2ª ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHELP, Patrícia Paula. **Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; DI BENEDETTO, Laís dos Santos; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **História das Pessoas Surdas: Da Exclusão à Política Educacional Brasileira Atual**. Conteúdos e Didática de LIBRAS, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-55, 2012.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, Surdez e Linguagem - Desafios e Realidade**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora: UFSC, 2008. SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Cartilha Do Censo 2010**, Pessoas com Deficiência. Brasília-DF, 2012. 32 p.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem? **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, p. 190-202, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/16629/11864>>. Acesso em: 12. out. 2016.

_____. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. 2007. Tese (Doutorado – Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19032008-183924/pt-br.php>>. Acesso em: 06. out. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Série Museologia: Roteiros Práticos nº 8**. Tradução: Mauricio O. Santos e Patricia Souza. São Paulo: EDUSP/VITAE, 2005, 120p.

WILDER, Gabriela Suzana. **Inclusão Social e Cultural: Arte Contemporânea e educação em museus**. São Paulo: 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Alunos do CEVIC.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Área de atuação no MAFRO: _____

Curso Acadêmica: _____

II. Questões Norteadoras

1) Você já foi a Museu Afro-Brasileiro - UFBA?

Sim Não

2) Se sua resposta foi sim responda, com que frequência?

Somente uma vez As vezes Sempre

3) Você foi ao MAFRO com quem?

Sozinho Em grupo não escolar

Acompanhado Em grupo escolar

4) Você foi recepcionado pelos funcionários do museu na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

Sim Não

5) Como foi esta recepção?

Ótimo Ruim

Bom Péssimo

6) Explícite.

7) Você gostaria de ser recepcionado pelos mediadores e funcionários em LIBRAS?

Sim

() Não

8) Por que?

9) Como o MAFRO pode contribuir para receber de formar eficaz o(a) surdo(a)?

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Mediadores do MAFRO/UFBA.**I. IDENTIFICAÇÃO**

Nome: _____

Área de atuação no MAFRO: _____

Curso Acadêmica: _____

II. Questões Norteadoras

1) Há quanto tempo você trabalha no MAFRO?

 menos de 6 meses Há 1 ano e 6 meses Há 1 ano Há 2 anos ou mais

2) Com que frequência as pessoas surdas vão ao MAFRO?

 Raramente Sempre Nunca

3) Você já recepcionou algum surdo(a)?

 Não Sim

4) Como ele(a) foi ao MAFRO?

 Sozinho(a) Em grupo escolar Com 2 pessoas Nunca recepcionei Em grupo não escolar

5) Ele(a) venho acompanhado(a) por um(a) interprete?

 Sim Não

6) Você conseguiu manter um diálogo?

 Sim Em partes Não

7) Houve fluidez nas informações? Explícite:

8) Você sentiu alguma dificuldade? Qual?

9) A mediação realizada em parceria com o interprete em LIBRAS alcançou o resultado esperado?

10) Você já teve contato com a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS?

Sim Não

11) Se sua resposta foi sim, em que circunstância?

Faculdade Dia-a-dia. Explícite_____.

12) Considera importante a LIBRAS?

Não Sim

13) Se sua resposta foi sim, explicita:

14) Você tem intenção em aprender LIBRAS?

Não Sim

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Recepcionistas do MAFRO/UFBA.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Área de atuação no MAFRO: _____

Curso Acadêmica: _____

II. Questões Norteadoras

1) Há quanto tempo você trabalha no MAFRO?

menos de 6 meses há 1 ano e 6 meses

há 1 ano Há 2 anos ou mais

2) Com que frequência as pessoas surdas vão ao MAFRO?

Sempre Nunca

Raramente

3) Você já recepcionou um(a) surdo(a)?

Não Sim

4) Como ele(a) foi ao MAFRO?

Em grupo não escolar

Sozinho(a) Em grupo escolar

Com 2 pessoas Nunca recepcionei

5) Ele(a) venho acompanhado(a) por um(a) interprete?

Sim Não

6) Você conseguiu manter algum tipo de diálogo com ele(a)?

Sim Em partes

Não

7) Você conseguiu manter fluidez nas informações durante a recepção? Explícite:

8) Você sentiu alguma dificuldade? Qual?

9) Você já teve contato com a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS?

Sim Não

10) Se sua resposta foi sim, em que circunstância?

Faculdade

Dia-a-dia. Explique_____.

11) Considera importante a LIBRAS?

Não

Sim

12) Se sua resposta foi sim, explique:

13) Você tem intenção em aprender LIBRAS?

Não

Sim

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com a Equipe Técnica do MAFRO/UFBA.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Área de atuação no MAFRO: _____

II. Questões Norteadoras

1) Há Quanto tempo você trabalha no MAFRO?

 1 ano 1 ano e 6 meses 2 anos ou mais

2) Você tem conhecimento da frequência de visitantes Surdos MAFRO?

 Sim Não

3) A coordenação do MAFRO já pensou em estratégias para atender este tipo de público?

 Não Sim Não

3.1) Quais?

4) Você já teve contato com a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS?

 Sim Não

5) Se sua resposta foi sim, em que circunstância?

 Faculdade Dia-a-dia. Explícite_____.

6) Considera importante a LIBRAS?

 Não Sim

7) Se sua resposta foi sim, explicita:

8) A capacitação em LIBRAS de mediadores pode contribuir para uma recepção eficaz ao surdo. A coordenação do museu tem uma noção de como isso pode ser feito? Explícite.

- 9) É possível o MAFRO contratar um profissional surdo para mediação? Considera esta possibilidade importante? Explícite.
- 10) A ideia deste trabalho é criar possibilidades para que o museu monte estratégias de recepção ao Surdo. A coordenação acredita que contratar um interprete pode amenizar este problema?

APÊNDICE B – Entrevista Transcrita com Aluno do CEVC.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: 01Idade: 20 anosSérie: 6^a / 7^o

II. Questões Norteadoras

1) Você já foi a Museu Afro-Brasileiro - UFBA?

 Sim Não

2) Se sua resposta foi sim responda, com que frequência?

 Somente uma vez Sempre As vezes

3) Você foi ao MAFRO com quem?

 Sozinho Em grupo não escolar Acompanhado Em grupo escolar

4) Você foi recepcionado pelos funcionários do museu na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

 Sim Não

5) Como foi esta recepção?

 Ótimo Ruim Bom Péssimo

6) Explícite.

Resposta: Estava no grupo com os surdos. Não entendi nada que o funcionário falava.

7) Você gostaria de ser recepcionado pelos mediadores e funcionários em LIBRAS?

 Sim Não

8) Por que?

Resposta: Porque os surdos gostam de LIBRAS. As informações que têm em português eu não entendo nada!

9) Como o MAFRO pode contribuir para receber de forma eficaz o(a) surdo(a)?

Resposta: Ter LIBRAS! Nos textos que tem em português tem que ter em LIBRAS também.

APÊNDICE B – Entrevista transcrita - Mediador do MAFRO/UFBA.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: 02

Área de atuação no MAFRO: Mediação Cultural/ Educativo/ Comunicação

Curso Acadêmica: Bl. Em Artes - Cinema

II. Questões Norteadoras

1) Há quanto tempo você trabalha no MAFRO?

- menos de 6 meses há 1 ano e 6 meses
 há 1 ano Há 2 anos ou mais

2) Com que frequência as pessoas surdas vão ao MAFRO?

- Sempre Nunca
 Raramente

3) Você já recepcionou um(a) surdo(a)?

- Não Sim

4) Como ele(a) foi ao MAFRO?

- Sozinho(a) Em grupo escolar
 Com 2 pessoas Nunca recepcionei
 Em grupo não escolar

5) Ele(a) venho acompanhado(a) por um(a) interprete?

- Sim Não

6) Você conseguiu manter um diálogo?

- Sim Não
 Em partes

7) Houve fluidez nas informações? Explícite:

Resposta: Sim. Apenas um rápido processo de adaptação, pois as informações precisaram ser passadas lentamente, afinal a atenção era dividida entre a interprete, as peças e eu.

8) Você sentiu alguma dificuldade? Qual?

Resposta: Apenas isso, de passar as informações com mais calma para que eles olhassem para cada coisa de uma vez. Mas não foi nada grave. Foi muito breve.

9) A mediação realizada em parceria com o interprete em LIBRAS alcançou o resultado esperado?

Resposta: Acredito que sim.

10) Você já teve contato com a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS?

Sim

Não

11) Se sua resposta foi sim, em que circunstância?

Faculdade

Dia-a-dia. Explícite: Minha mãe e tias estudaram um pouco.

12) Considera importante a LIBRAS?

Não

Sim

13) Se sua resposta foi sim, explicita:

Resposta: É preciso estar preparado para conversar com todas as pessoas, ainda que minimamente.

14) Você tem intenção em aprender LIBRAS?

Não

Sim

APÊNDICE B – Entrevista Transcrita – Recepcionista MAFRO/UFBA.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: 03Área de atuação no MAFRO: RecepçãoCurso Acadêmico: Direito

II. Questões Norteadoras

1) Há quanto tempo você trabalha no MAFRO?

 menos de 6 meses há 1 ano e 6 meses há 1 ano Há 2 anos ou mais

2) Com que frequência as pessoas surdas vão ao MAFRO?

 Sempre Nunca Raramente

3) Você já recepcionou um(a) surdo(a)?

 Não Sim

4) Como ele(a) foi ao MAFRO?

 Sozinho(a) Em grupo escolar Com 2 pessoas Nunca recepcionei Em grupo não escolar

5) Ele(a) venho acompanhado(a) por um(a) interprete ?

 Sim Não

6) Você conseguiu manter algum tipo de diálogo com ele(a)?

 Sim Em partes Não

7) Você conseguiu manter fluidez nas informações durante a recepção?

Explicita:

8) Você sentiu alguma dificuldade? Qual?

9) Você já teve contato com a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS?

Sim

Não

10) Se sua resposta foi sim, em que circunstância?

Faculdade

Dia-a-dia. Explicita_____.

11) Considera importante a LIBRAS?

Não

Sim

12) Se sua resposta foi sim, explicita:

Resposta: Pois facilita a comunicação com os mesmos.

13) Você tem intenção em aprender LIBRAS?

Não

Sim

APÊNDICE B – Entrevista Transcrita – Equipe Técnica MAFRO/UFBA.

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: 04Área de atuação no MAFRO: Museologia

II. Questões Norteadoras

1) Há quanto tempo você trabalha no MAFRO?

 1 ano 1 ano e 6 meses 2 anos ou mais

2) Você tem conhecimento da frequência de visitantes Surdos MAFRO?

 Sim Não

3) A coordenação do MAFRO já pensou em estratégias para atender este tipo de público?

 Não Sim

3.1) Quais?

Resposta: _____

4) Você já teve contato com a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS?

 Sim Não

5) Se sua resposta foi sim, em que circunstância?

 Faculdade Dia-a-dia. Explícite_____.

6) Considera importante a LIBRAS?

 Não Sim

7) Se sua resposta foi sim, explique:

Resposta: “A língua (LIBRAS) é um veículo de inclusão, e no caso dos museus que são espaços de todos, ou pelo menos deveriam ser, faz-se necessários o uso das diferentes formas de comunicação”.

8) A capacitação em LIBRAS de mediadores pode contribuir para uma recepção eficaz ao surdo. A coordenação do museu tem uma noção de como isso pode ser feito? Explícite.

Resposta: “A equipe tem noção da importância da capacitação em LIBRAS, assim como temos a noção da necessidade de um profissional para a realização da capacitação”.

9) É possível o MAFRO contratar um profissional surdo para mediação? Considera esta possibilidade importante? Explícite.

Resposta: “Para o museu a contratação de um profissional é muito importante. Entretanto, devido as dificuldades institucionais para contratações, e a ausência de um projeto específico, o museu não disponibiliza ainda de um profissional surdo”.

10) A ideia deste trabalho é criar possibilidades para que o museu monte estratégias de recepção ao Surdo. A coordenação acredita que contratar um interprete pode amenizar este problema?

Resposta: “A idéia do projeto é muito importante, uma vez que ele tem por objetivo garantir a inclusão, mas acredito que ter um interprete seria um primeiro passo, a necessidade maior seria capacitar os mediadores e criar um programa que permitisse ampliar essa possibilidade de recepção”.